



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN on line
2359-2826

Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros?

Luiz Domingos Costa (nusp/ufpr; uninter)

Bruno Bolognesi (nusp/ufpr; unila)

Adriano Codato (nusp/ufpr)

newsletter

v. 2 ▪ n. 2 ▪ janeiro, 2015

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros?

Luiz Domingos Costa (nusp/ufpr; uninter) *

Bruno Bolognesi (nusp/ufpr; unila) **

Adriano Codato (nusp/ufpr) ***

Resumo: O texto procura dimensionar a presença e a evolução do número de trabalhadores manuais nas listas eleitorais dos partidos brasileiros nas eleições para deputado federal de 1998 a 2014. A constatação fundamental do trabalho é que o grosso de candidatos oriundos das ocupações mais populares se deslocou do Partido dos Trabalhadores para os partidos pequenos e para os partidos novos nas últimas eleições. Para tentar explicar isso, esboçamos duas hipóteses: a proliferação de partidos contribui para estender as oportunidades de candidaturas até a base da pirâmide social brasileira; e as mudanças no interior do PT parecem fazer com que o partido prefira políticos cada vez mais profissionais nas disputas eleitorais proporcionais.

I. Apresentação

Partidos políticos brasileiros são capazes de incluir indivíduos mais desfavorecidos socialmente em suas fileiras?

Se sim, em quais legendas? E onde essas legendas se situam no contínuo ideológico esquerda-direita? Trabalhadores se candidatam preferencialmente por partidos grandes ou pequenos?

Esse cenário tem mudado nos últimos anos ou há partidos que tradicionalmente incluem trabalhadores manuais, empregados do setor de serviços, autônomos nas listas de candidatos e outros que frequentemente os excluem?

Esta nota de pesquisa pretende responder a essas questões por meio da análise das ocupações declaradas dos candidatos à Câmara dos Deputados no Brasil.

Os dados utilizados aqui se referem a 23.219 candidaturas válidas para deputado federal nas eleições gerais de 1998 a 2014 tais como disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa contempla essas cinco eleições porque foi apenas a partir de 1998 que o TSE começou a sistematizar esse tipo de informação.

A opção por tratar dos **candidatos** – ao invés dos eleitos como frequentemente estudos de recrutamento político no Brasil têm feito (Rodrigues 2002; Rodrigues 2006; Rodrigues 2014; Di Martino 2009; Santos 2010) – foi assumida aqui por nós porque esse universo não só é numericamente mais amplo, mas porque reflete melhor a capacidade social dos partidos políticos representarem os diversos grupos

sociais. As ocupações profissionais declaradas pelos candidatos no momento do registro foram utilizadas como uma proxy dessa “representatividade”.

Nas fichas de registro de candidaturas no TSE, identificamos 111 ocupações típicas de trabalhadores num universo de 224 profissões declaradas. Incluímos no nosso universo basicamente quem não era empresário, ou professor, ou profissional liberal ou funcionário público (as categorias ocupacionais mais tradicionais entre os deputados federais brasileiros (Rodrigues, 2002)).

O Quadro 1 dá uma ideia de quem são esses candidatos-trabalhadores através de alguns exemplos ilustrativos:

Quadro 1. Classes de trabalhadores consideradas e ocupações dos candidatos a deputado federal no Brasil, 1998-2014

trabalhadores manuais sem qualificação	trabalhadores industriais de baixa qualificação	trabalhadores industriais de qualificação elevada	trabalhadores qualificados não manuais de serviços	profissionais de nível médio
atendente de lanchonete e restaurante, cobrador de transporte coletivo, feirante, ambulante, catador de recicláveis, etc.	encanador, soldador, chapeador, caldeireiro, montador de estrutura metálica, fiandeiro, tecelão, tingidor, encanador, soldador, chapeador, caldeireiro, etc.	trabalhador metalúrgico e siderúrgico, trabalhador de fabricação de papel e papelão, de produtos de borracha e plástico, de produtos têxteis, etc.	auxiliar de escritório, vendedor de comércio varejista, corretor de imóveis	técnicos de laboratório, de contabilidade, de eletricidade, de enfermagem, de informática, digitador, etc.

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR), a partir do TSE. As categorias foram retiradas de (Rodrigues 2009)

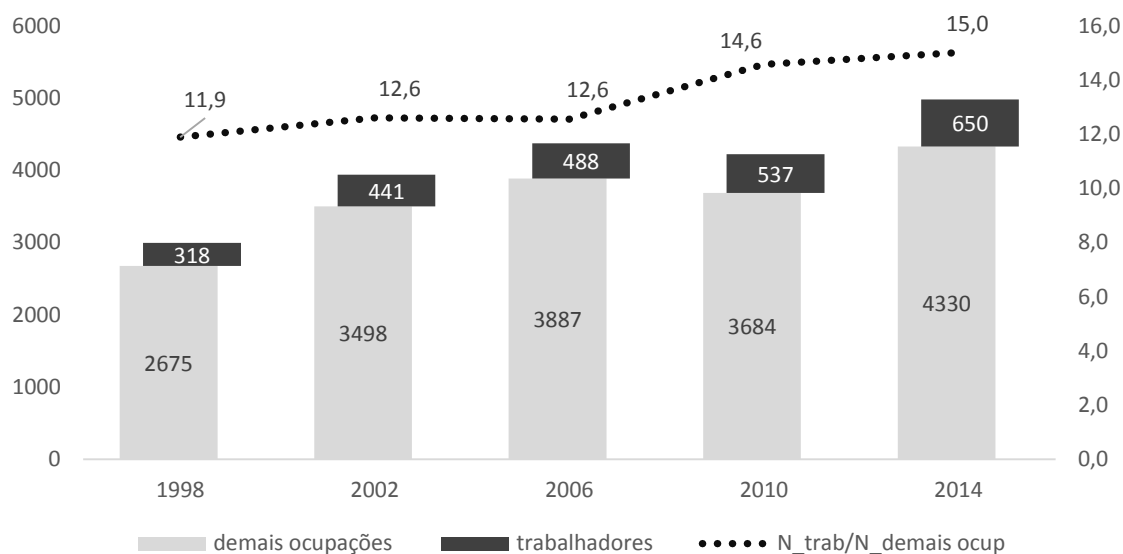
II. Os trabalhadores a reboque da expansão do total de candidaturas

De forma geral, a participação dos trabalhadores é modesta nas listas de candidatos de todos os partidos.

Eles representam pouco mais de 10% para o período como um todo. Entretanto, esse percentual tem crescido a cada eleição, indicando que o sistema de partidos está se abrindo à participação de indivíduos que absolutamente costumavam frequentar as listas eleitorais na maior parte da história política nacional.

O Gráfico 1 apresenta o número das candidaturas para a Câmara dos Deputados do Brasil (CD) dividindo-as entre trabalhadores e demais ocupações.

Gráfico 1. Candidaturas de trabalhadores e demais ocupações para a CD, 1998-2014 (valores absolutos e curva percentual)



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR)

O crescimento contínuo do número de candidatos oriundos das ocupações manuais indica que esse grupo está tomando o espaço de outros grupos sociais. Há um incremento do número total de candidatos a cada eleição para a CD e, com ele, há um aumento também contínuo do número de candidatos-trabalhadores. Mais candidatos se lançam aos pleitos, mais espaço há para que as margens da sociedade se integrem à política institucional.

O crescimento do total de candidaturas só não se confirma na eleição de 2010. Nas demais, a cada disputa mais nomes estão se lançando à disputa de uma cadeira na Câmara dos Deputados. Entre 1998 e 2014 o crescimento do total de candidaturas é de 60%. Os trabalhadores, por sua vez, crescem 41% entre as cinco eleições analisadas saltando de 12% do total de concorrentes para 15%.

A multiplicação das candidaturas como um todo está, por sua vez, ancorada no crescimento do número de partidos que concorrem a cada eleição.

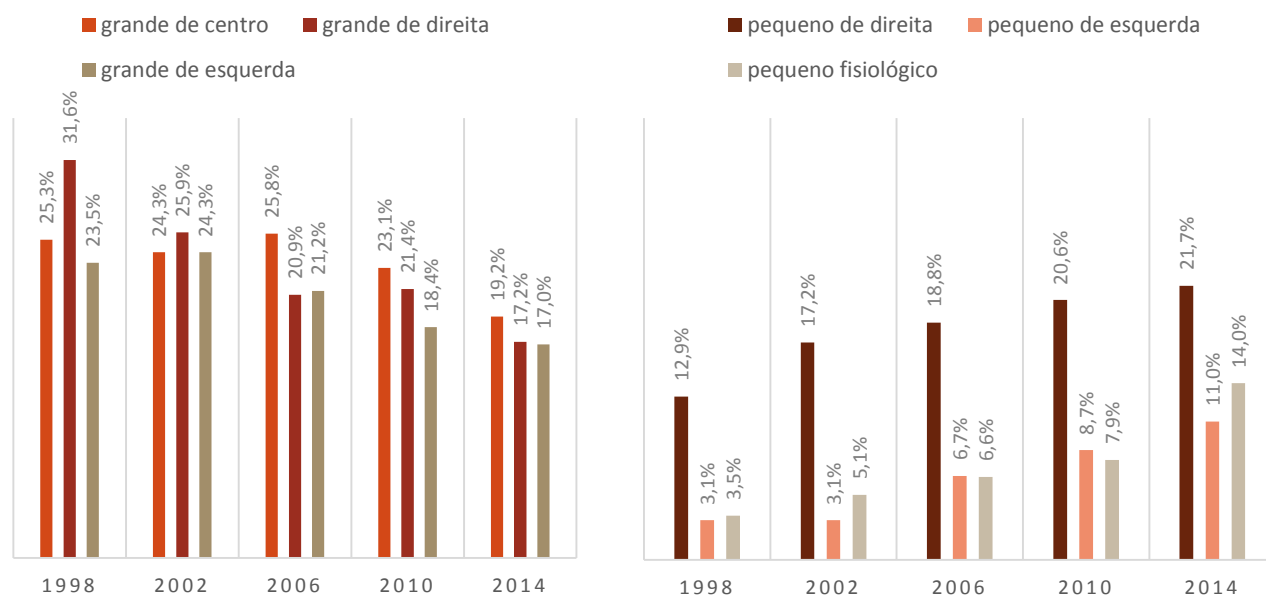
É certo que a fragmentação do sistema partidário carrega consigo a proliferação de candidaturas em eleições de todos os níveis. Mas isso é especialmente evidente nas eleições proporcionais nacionais onde o número efetivo de partidos parlamentares, que estava na casa de sete em 1998, chegou em 2014 perto de catorze (Costa & Bolognesi 2014)¹.

¹ A fragmentação partidária parece ser fruto de um movimento duplo. A proibição da migração entre partidos pelo Supremo Tribunal Federal, resultando num movimento de criação de novos partidos pelas elites políticas em busca de espaço político local e predação de recursos governistas, de um lado; e, de outro, do tipo de institucionalização do processo eleitoral brasileiro que aumenta

De acordo os Gráficos 2 e 3, os partidos grandes e mais estabelecidos diminuíram sua participação no total de candidaturas, cedendo espaço para partidos novos ou pequenos².

Gráfico 2. Candidaturas nos grandes partidos de acordo com a família ideológica por eleição, 1998-2014(%)

Gráfico 3. Candidaturas nos pequenos partidos de acordo com a família ideológica por eleição, 1998-2014 (%)



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR)

Proporcionalmente, a contribuição quantitativa dos partidos grandes ou médios para o total de candidaturas a deputado federal diminuiu nas últimas eleições com o surgimento de novos partidos. A estratégia desses últimos tem sido ofertar listas com cada vez mais candidatos para acumular votos.

gradativamente o perfil candidato-centrado: como a criação de partidos não possui um custo tão alto, é mais útil criar legendas que viabilizem um líder ou um grupo eleitoralmente do que disputar espaço numa agremiação consolidada.

² A criação dessas seis categorias de partidos tomou dois critérios em consideração: o **tamanho das bancadas** eleitas pelos partidos nas eleições de 2014 e a **ideologia**, entendida como o conjunto de temas caros à organização (tal como presente nos sites dos partidos na Internet) e que os posicionam no contínuo direita, centro e esquerda. Para o tamanho, consideramos grandes aqueles com bancadas acima de 3% das cadeiras nas eleições para a CD de 2014. As categorias e os partidos que as compõem ficaram assim: grandes de direita: DEM, PFL, PP, PL, PPB, PSC, PSD, PR e PTB; grandes de centro: PMDB, PSDB, PPS, PV e SD; grandes de esquerda: PDT, PSB e PT; pequenos de direita: PAN, PGT, PMN, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PSN, PST, PTC; pequenos de esquerda: PCdoB, PCB, PCO, PPL, PSOL e PSTU; pequenos fisiológicos: PEN, PHS, PROS, PTdoB, PTN. Esses últimos diferem dos demais por serem partidos sem apelo ideológico e que servem apenas de legenda para seus líderes ou arrimo para outras organizações.

Grandes partidos de direita (*e.g.*, PFL/DEM, PP, PTB, PSD) caíram de 31,6% do total de candidatos apresentados em 1998 para pouco mais da metade disso, apenas 17,2% em 2014 (Gráfico 2). Já os pequenos partidos de direita (*e.g.*, PMN, PRB, PRONA, PRTB) saltaram de quase 13% em 1998 para perto de 22% do total de candidaturas apresentadas para a disputa em 2014. Aumento notável no total de candidaturas foi o dos partidos fisiológicos: de 3,5% no início da série para 14% em 2014 (Gráfico 3). Esses dois saltos devem muito certamente estar ligados à estratégia dos comandantes desses partidos em inflacionar ao máximo a lista para angariar votos eleitorais que, somados, contribuiriam para fazer uma ou duas cadeiras. O salto dos pequenos partidos de esquerda (de 3% para 11%) obedece à mesma lógica – não há nada de “ideológico” aqui nem revela um investimento superior na “estruturação” do partido.

III. Isolando os trabalhadores para análise

Dos grupos sociais que tradicionalmente ocupam posições políticas nas instituições representativas, os trabalhadores foram um dos que conseguiram chegar lá com o apoio decisivo da organização – essencialmente, sindicatos e partidos de base operária. Foram retardatários perante outros grupos sociais mais poderosos, como empresários ou profissionais liberais, mas se anteciparam em relação a minorias (mulheres e negros). Por isso, a análise da presença dos trabalhadores manuais nas disputas políticas ajuda a revelar a heterogeneidade social da elite política e, conseqüentemente, o nível de democratização de uma comunidade política.

No Brasil, o fenômeno dos candidatos burlescos, que se apresentam com apelidos jocosos (Batman Capixaba, Pinto Louco, Silvio Santos Taxista, etc.) ou com slogans humorísticos é uma forma de perceber, ainda que de maneira caricata, esse processo de “democratização” das oportunidades eleitorais. Assim, no HGPE políticos sisudos são seguidos por representantes de diversas atividades ocupacionais (coveiros, costureiros, prostitutas, professores de ensino fundamental, lavradores) que não compõem a elite política tradicional e nem representam os tradicionais grupos que governam o país.

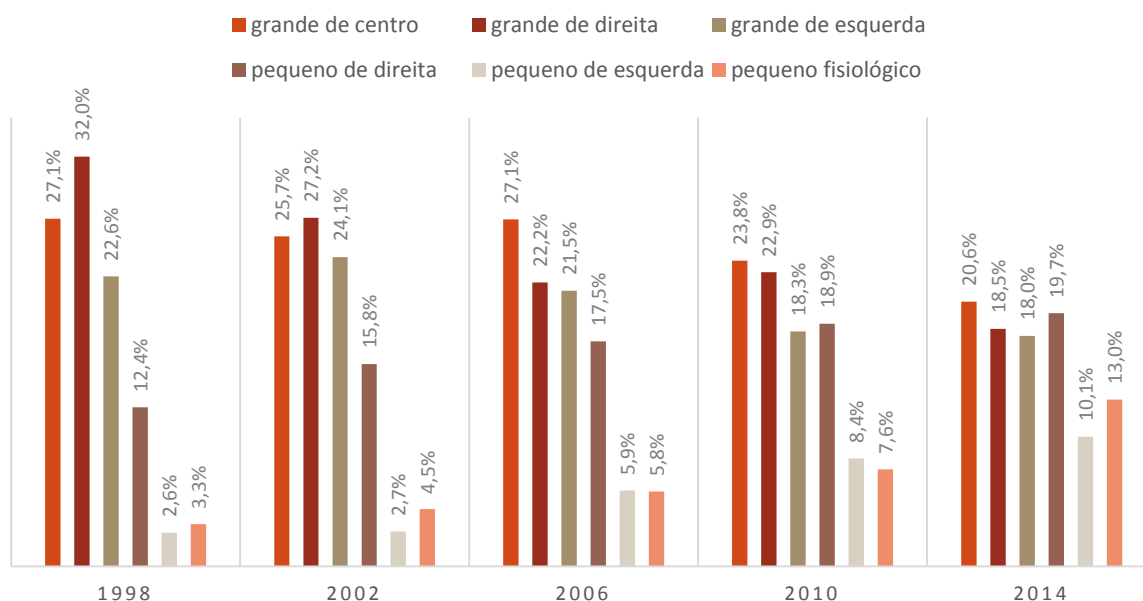
O Gráfico 4 apresenta os tipos de partidos por meio dos quais os trabalhadores se candidataram no Brasil durante as eleições recentes.

É perceptível que os partidos tradicionais (qualquer que seja a família ideológica) diminuem o seu papel na proporção de trabalhadores-candidatos a cada eleição.

Por outro lado, nos pequenos partidos e nos partidos fisiológicos a situação é outra: a cada eleição tem aumentado o número daqueles que declararam alguma ocupação de trabalhador.

Esse crescimento se dá nos três grupos de partidos pequenos (direita, esquerda e fisiológicos), sendo mais notável nos pequenos de esquerda (PSOL, PCB, PCdoB, PSTU e PPL) e nos fisiológicos (PEN, PHS, PROS, PTdoB e PTN). No caso desses últimos, sua participação no total de candidaturas de trabalhadores pula de 3,3% em 1998 para 13% em 2014, praticamente dobrando a aposta em relação a 2010 (7,6%). Já pequenos partidos de esquerda quadruplicam o total de trabalhadores-candidatos lançados: de 2,6% para 10,1%.

Gráfico 4. Candidaturas de trabalhadores de acordo com o tamanho e a ideologia dos partidos político, 1998-2014 (%)



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR)

O incremento dos trabalhadores entre os candidatos brasileiros parece respeitar a lógica da expansão quantitativa do sistema partidário: os pequenos e os novos partidos, na medida em que procuram seu espaço e aumentam o seu rol de candidatos, têm servido como trampolim para os setores sociais menos prestigiados comporem as listas eleitorais.

No atacado, portanto, a fragmentação do sistema partidário produz mais oportunidades de candidaturas para todos os segmentos sociais. Com isso, indivíduos 'de baixo' podem tentar a sorte em eleições onde o universo de aspirantes é cada vez mais numeroso (como se viu) e, ao mesmo tempo, mais popular (como se vê).

Não se trata de esquecer que muitos desses partidos simbolizam o oportunismo e o senso de oportunidade de parte da classe política, não possuem lastro ideológico, base na sociedade e aumentam a dificuldade de governos construírem maiorias.

Mas uma primeira constatação desse estudo é que o *boom* de partidos contém um efeito não esperado ao ampliar a capilaridade do sistema partidário e trazer para a cena eleitoral atores sociais que, de outra forma, provavelmente ficariam excluídos.

Em outros termos: o centro do sistema partidário – isto é, os partidos mais institucionalizados e mais robustos eleitoralmente (*e.g.*, PT, PMDB, PSDB) – se profissionalizam, seja pela burocratização das suas funções organizativas internas, seja pelo carreirismo dos seus parlamentares, seja ainda pela tecnicização e mediatização das campanhas (que exigem e impõem os dois primeiros itens); paralelamente, na margem do sistema de partidos, os “nanicos”, à esquerda e à direita, inflacionam a composição das listas admitindo candidatos que, mesmo inviáveis do ponto de vista político e eleitoral, contribuem, **indiretamente**, para arejar o sistema de participação política. Trabalhadores entram de fato na disputa como figurantes. Mas, por outro lado, a política institucional nacional deixa de ser, no curto período das eleições, de forma involuntária, tanto um clube aristocrático dos profissionais e das profissões tradicionais (‘médicos, engenheiros, advogados’), como um monopólio dos profissionais do ramo.

IV. Ainda “partido dos trabalhadores”?

O parlamento brasileiro foi muito mal no quesito “representatividade social” ao longo de todo o século XX.

Essa história começou a mudar nos anos 80 quando o Partido dos Trabalhadores passou a eleger indivíduos oriundos de ocupações industriais, camponeses e outras atividades de pouco prestígio social.

Contudo, conforme os dois gráficos abaixo mostram, o PT passou de protagonista a coadjuvante no que se refere à promoção das candidaturas de trabalhadores.

O Gráfico 5 se concentra na proporção entre os candidatos trabalhadores e todas as demais candidaturas, no PT e nos demais partidos.

O Gráfico 6, por sua vez, se debruça exclusivamente sobre o contingente de trabalhadores que foram candidatos, comparando o PT com os demais partidos. Os dois somados documenta a queda constante no protagonismo petista em lançar indivíduos da base da pirâmide social no certame eleitoral.

Gráfico 5. Proporção de trabalhadores nas listas eleitorais do PT e dos outros partidos nas eleições à Câmara dos Deputados, 1998 a 2014.

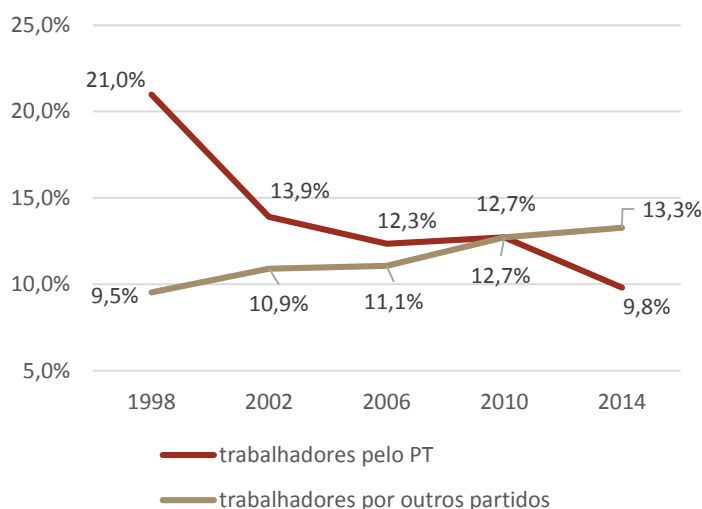
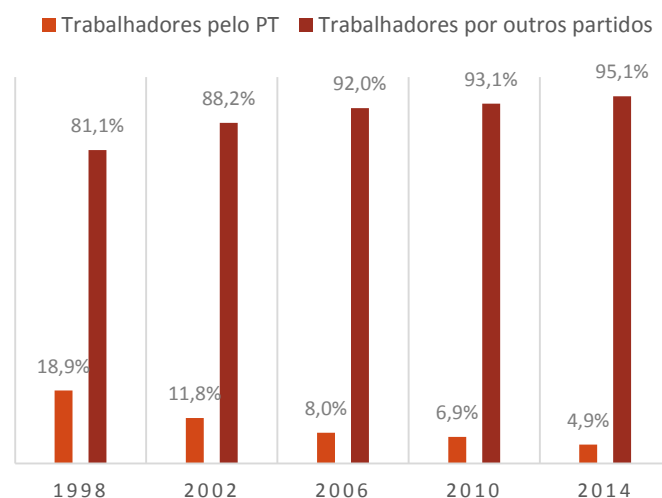


Gráfico 6. Fatia percentual de trabalhadores candidatados por partido, PT e demais partidos 1998-2014.



Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (Nusp/UFPR)

O Gráfico 5 mostra em que momento os demais partidos alcançam o PT na taxa de candidatos trabalhadores (2010) e quando eles o superam (2014).

O Gráfico 6 mostra, por sua vez, que o contingente de concorrentes que declararam exercer alguma profissão de trabalhador – trabalhadores manuais sem qualificação, trabalhadores industriais de qualificação elevada, trabalhadores não manuais do setor de serviços, profissionais de nível médio, etc. – vem diminuindo no PT a cada eleição, tendo passado de 19% da sua lista em 1998 para apenas 5% em 2014.

O que isso pode significar?

V. O Partido dos Trabalhadores e o “aburguesamento” de suas listas eleitorais

Há duas constatações que são importantes para que tratemos o Partido dos Trabalhadores adequadamente, isto é, destacando a sua singularidade na política brasileira.

A primeira é que esse partido surge durante a redemocratização de uma forma diferente das demais agremiações tradicionais: ao invés de servir como simples agregador de elites detentoras de mandatos ou como esteio de famílias tradicionais, o PT se organiza em torno de uma base sindical forte, de onde retira seus quadros principais, de uma base social popular, de movimentos católicos de esquerda, bem como de intelectuais de esquerda intencionados em importar o modelo de partidos trabalhistas.

A segunda constatação a mencionar é que o partido pode efetivamente, a partir de sua chegada à Presidência da República, incrementar a representação de grupos subalternos no parlamento nacional (Rodrigues 2006). Note bem que a segunda constatação é fruto da primeira, ou seja, apenas um partido com forte organização e bases sociais sólidas seria capaz de romper com o domínio absoluto dos bem-nascidos na política nacional.

Não obstante, mudanças ocorridas no partido produziram uma espécie de **aburguesamento** de suas listas eleitorais, com queda significativa no conjunto candidatos egressos do mundo do trabalho

Essa mutação parece se dever essencialmente a dois processos conjugados: i) à profissionalização do PT, ocupando por doze anos o aparelho estatal federal, de modo que seus membros puderam ser treinados no seio do Estado, tornando-se agora políticos profissionais; e ii) à 'democratização' do partido promovida pelo Processo de Eleição Direta (PED), onde primárias de filiados deliberam sobre a composição da cúpula petista – o que teria promovido uma sobrerrepresentação do centro político do Partido, agradando ao maior número de filiados, mas diminuindo a proporção de correntes minoritárias no acesso aos recursos da organização.

Considerações finais

A diminuição importante dos trabalhadores na lista de candidatos do PT e o aumento destes indivíduos em outros partidos, notadamente nos pequenos e nos fisiológicos, em nada garante a representação (ou falta dela) dos **interesses** dos trabalhadores no Parlamento e/ou nos governos.

Não é possível supor que partidos fisiológicos passem a representar os trabalhadores porque os têm em seus quadros eletivos. O contrário também é verdadeiro.

Partidos políticos são não apenas um grupo de interesse organizado, mas são marcados pesadamente por sua origem, suas conquistas, suas bandeiras ideológicas e pela forma que determinados grupos têm, através deles, acesso ao poder enquanto outros são dele alijados.

Olhando o quadro em termos mais amplos, os dados aqui descritos não indicam que estejamos diante de um processo de "popularização" de nossa democracia.

Ainda que o significado simbólico dessas candidaturas advindas das camadas menos abastadas da sociedade seja o de promoção da política eleitoral nos rincões dos grandes centros urbanos, o seu efeito prático é bastante limitado.

Embora mais heterogênea e plural no seu ponto de partida, a eleição para deputado federal tem sido cada vez mais influenciada pela arrecadação financeira aliada à

carreira política dos seus competidores (Cervi et al. 2014), fatores que contribuem fortemente para diminuir o sucesso eleitoral dos trabalhadores.

Referências

Cervi, E.U. et al., 2014. Dinheiro, profissão e partido político: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. *Sociedade e Estado*, 29(3), p.no prelo.

Costa, L.D. & Bolognesi, B., 2014. O sistema partidário no Paraná: do personalismo à estruturação. *Debates*, 8(1), pp.221–243. Available at: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/44459/29012>.

Di Martino, M., 2009. *A política como profissão: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Available at: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122009-091931/pt-br.php>.

Rodrigues, L.M., 2006. *Mudanças na classe política brasileira*, São Paulo: PubliFolha.

Rodrigues, L.M., 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.

Rodrigues, L.M., 2014. *Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira*, Rio de Janeiro: Topbooks.

Santos, F., 2010. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. *Cadernos Aslegis*, (40), pp.109–126.

* Luiz Domingos Costa é estudante de doutorado em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor no Centro Universitário Uninter. Tem experiência em estudos sobre elites políticas, poder legislativo, carreiras políticas e profissionalização política. E-mail: luizdomingos@gmail.com

** Bruno Bolognesi é professor de Ciência Política na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila). Seus principais temas de pesquisa são: partidos políticos, recrutamento político, seleção de candidatos, organização partidária e sistema partidário. E-mail: brunobolognesi@gmail.com

*** Adriano Codato é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e coordenador do **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** (<http://observatory-elites.org/>). Seus temas de pesquisa incluem os seguintes assuntos: regimes políticos ditatoriais; sistemas de representação de interesses; elites estatais; classe política. E-mail: adriano@ufpr.br

como citar:

Costa, Luiz Domingos; Bolognesi, Bruno; Codato, Adriano. 2015. Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros? **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.2, n. 2, janeiro. p. 1-14. ISSN 2359-2826

Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** (ISSN 2359-2826) aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão **Harvard autor-data**.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:

oelites@gmail.com



Copyright© 2015
observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp
rua general carneiro, 460 sala 904
80060-150, curitiba – pr – brasil
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: oelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to oelites@gmail.com